

Guido Mantega e José Marcio Rego

Conversas com Economistas Brasileiros II

Paul Singer

Francisco de Oliveira

José Serra

A. Barros de Castro

J.M. Cardoso de Mello

João Sayad

Yoshiaki Nakano

José A. Scheinkman

F. Holanda Barbosa

Francisco Lopes

Aloízio Mercadante

Gustavo Franco

Prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo



EDITORA 34

Editora 34 Ltda.

Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000

São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 816-6777 editora34@uol.com.br

Copyright © Editora 34 Ltda., 1999

Conversas com economistas brasileiros II © Guido Mantega e José Marcio Rego, 1999

A FOTOCÓPIA DE QUALQUER FOLHA DESTE LIVRO É ILEGAL, E CONFIGURA UMA
APROPRIAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS INTELECTUAIS E PATRIMONIAIS DO AUTOR.

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:

Bracher & Malta Produção Gráfica

Imagem da capa:

Elisa Bracher, Sem título, 1995, óleo s/ papel arroz

Revisão:

Regina Helena Vieira Caetano

Créditos das fotografias:

*Arquivo José Marcio Rego e Guido Mantega (pp. 54, 304); Agência Estado (p. 90);
César Diniz/AE (p. 118); Sidney Corralo/AE (p. 154); Renata Jubran/AE (p. 182);
Nelson Chinalia/AE (p. 219); Joveci de Freitas/AE (p. 249); Sebastião Moreira/AE
(p. 280); Otávio Magalhães/AE (p. 332); Bia Parreiras/Abril Imagens (p. 357);
Sérgio Amaral/Abril Imagens (p. 382)*

1ª Edição - 1999

Catálogo na Fonte do Departamento Nacional do Livro
(Fundação Biblioteca Nacional, RJ, Brasil)

Mantega, Guido

M585c *Conversas com economistas brasileiros II /*
Guido Mantega e José Marcio Rego — São Paulo:
Ed. 34, 1999.
424 p.

ISBN 85-7326-146-3

Inclui bibliografia.

1. Economistas - Brasil - Entrevistas.
2. Economia. 3. Economia - Estudo e ensino - Brasil.
- I. Rego, José Marcio. II. Título. III. Série.

CDD - 330

IPPUR - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 04 / 10 / 2010
Registro: 16146
11º andar 745838
330.981
M221c



Antonio Barros de Castro, um dos primeiros professores do curso da CEPAL no Rio de Janeiro: “A auto-proclamada renovação trazida pela teoria da dependência, pelo contrário, não apenas abortou, como pode ter colaborado para o retrocesso do pensamento latino-americano [...] Ajudou, com isto, a preparar o caminho para a percepção, hoje imperante, de que somos apenas injustos e fracassados”.

Filho de fazendeiro de café, Antonio Barros de Castro despertou ainda adolescente para os problemas econômicos em função das dificuldades enfrentadas pelas atividades paternas. Foi esse o caminho que o levou a cursar a antiga Faculdade Nacional de Economia do Rio de Janeiro em 1956, hoje UFRJ. Entretanto, o jovem estudante de Economia possuía um gosto especial pela Filosofia, que ele não deixaria de estudar inclusive em sua passagem pela London School of Economics. A leitura de Sartre e Camus, e a participação como aluno especial em seminários de Karl Popper seriam decisivos na sua formação teórica e nas questões do método.

Nos anos 60, Castro foi lecionar no curso BNDE-CEPAL, ao lado de seus amigos Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares. Por sugestão de Anibal Pinto, Castro e Lessa escreveram aquele que seria um dos maiores sucessos editoriais em Economia da América Latina. *O Introdução à Economia: Uma Abordagem Estruturalista* teve várias edições em português e espanhol e vendeu mais de meio milhão de exemplares. Era apenas o primeiro de uma série de livros e artigos, em sua maioria polêmicos, que desafiavam o senso comum e sem o receio de contrariar os dogmas, tanto da direita quanto da esquerda. Doutorou-se em Economia na UNICAMP. Os outros livros marcantes de Castro são: *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, de 1969, *O Capitalismo Ainda É Aquele*, de 1979, e *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, de 1985, em co-autoria com Francisco E. Pires de Souza. Depois de uma breve passagem como presidente do BNDES, no final do Governo Itamar Franco, Castro retornou às atividades acadêmicas. Esta entrevista foi realizada em seu escritório no Rio de Janeiro em outubro de 1997.

Vamos começar falando sobre a sua formação. Como você se interessou por Economia?

Eu creio que a origem desse envolvimento com a Economia tem a ver com as dificuldades enfrentadas pela minha família quando eu era adolescente. O meu pai era fazendeiro em Paraíba do Sul, região decadente onde algumas fazendas, como a nossa, ainda tinham velhos cafezais. No final dos anos 40, duas geadas destruíram o que restava de café. Logo depois, houve um surto de aftosa que fez grandes estragos no gado. Daí por diante, a nossa família viveu uma longa fase de enormes dificuldades. Mais de uma vez, chegou a faltar dinheiro para o colégio. Nós somos sete irmãos. Vivi isso muito intensamente.

Tenho a impressão de que foi desta maneira que descobri esse pesado condicionante da vida que é, no nosso jargão, a "restrição orçamentária" (risos). Desde cedo eu comecei a ler sobre café e a me envolver com assuntos de Economia agrícola. Era o apetite pelos problemas econômicos nascendo.

Mas é verdade que eu tinha uma outra tendência que, talvez, correspondesse mais aos meus impulsos: a Filosofia. Eu lia muito e, especialmente, entre 16 e 20 anos, lia muita Filosofia. Sartre e Camus estavam na moda. Cheguei a entrar na Faculdade de Filosofia e, na realidade custei a abandonar essa inclinação. Mesmo na London School of Economics, acabei dando toda atenção ao Popper e estudei só marginalmente Economia. Eu me interessava mesmo era pelo curso de Filosofia da Ciência e sobretudo pelo seminário do Popper, que foi a maior experiência intelectual da minha vida. A coisa começou numa aula de Popper, quando ele levantou um complexa questão. Eu era bastante tímido, mas tentei refutar a formulação que ele havia dado ao problema. Ele gostou muito, e no final da aula me convidou para o seu seminário, onde só havia onze membros. Fiquei um ano fazendo esse seminário. Eu era o único bárbaro, o único ignorante. Todo mundo muito sofisticado. Gente com PhD, alguns já lecionando. O Popper era de uma generosidade intelectual que eu jamais vi.

Qual era a temática que vocês discutiam?

O seminário percorria, em geral, os temas do Popper, mas as maiores atenções iam para Platão, Kant, Hegel e Marx. De tempos em tempos, ele trazia de fora gente para debater conosco. O debate era basicamente com ele, obviamente. Por vezes eram adversários para valer. Eu me lembro que num certo momento ele chamou um hegeliano peso pesado da Alemanha e nós tivemos uma tarde inteira de debates — uma coisa absolutamente inesquecível. Nas seções usuais, o Popper colocava questões relativas à produção do conhecimento. Sempre com muita ênfase no repúdio ao indutivismo e um grande realce na formulação de hipóteses. Eu me lembro de uma tarde inteira dedicada à idéia de que o conhecimento avança mediante a formulação de novas hipóteses. Elas podem ser fecundas, mesmo quando erradas. Se não me engano, esta exposição veio a ser o conteúdo do ensaio “Back to the Pre-Socratics”. Por influência seguramente do Popper, na minha visão de mundo, o “faro” e a sensibilidade contam muito no avanço do conhecimento. A lógica e os dados servem para questionar. O que produz é a imaginação.

Mas em algum momento você se aproximou mais da Economia. Quais foram os autores que o atraíram?

No retorno ao Brasil? Vamos mudar a ordem. Eu saltei para a Inglaterra, mas isso foi depois de estar formado. Cursei, no Rio de Janeiro, a antiga Faculdade Nacional de Economia, na mesma turma de Carlos Lessa, amigo inseparável de muitos anos. Era uma boa escola, apesar de extremamente conservadora. As figuras marcantes eram: Octavio Bulhões, Roberto Campos, Antônio Dias Leite e San Thiago Dantas. Eram quatro notáveis professores. Cada um a seu modo, eles nos ensinavam não só Economia como também postura diante da vida. Eram todos homens públicos. Pode ser surpreendente essa referência ao Campos, dada a minha trajetória de esquerda. Mas estou enfatizando aqui o professor e o homem público. O professor que respeita os alunos; que não falta a uma aula; que responde a cada pergunta com o maior empenho. O mais brilhante era, sem dúvida, o San Thiago Dantas. As suas aulas eram resplandecentes, inacreditáveis. Bulhões era o principal professor, do ponto de vista da formação teórica. Ele nos fazia ler Hicks, Wicksell.

Pareto e Schumpeter. Eu era extremamente aplicado e destrinchei, inteiro, o *Lectures on Political Economy*, do Wicksell.

O Campos lecionava pelos dois volumes de *Princípios de Economia Monetária* do Gudin e ficava bastante colado aos textos. Por vezes se referia a Bretton Woods e à nova ordem institucional ali gerada. Era um curso muito bom. O livro do Gudin é abrangente e respeitável, dentro da sua perspectiva. Infelizmente, apesar de estar no centro do palco, no que se refere à formulação da política econômica, raramente, o Campos se estendia acerca de problemas brasileiros.

O Bulhões era ainda mais abstrato, por vezes nebuloso. Mas, de tempos em tempos, fazia observações extremamente interessantes, motivadoras e, sobretudo, transmitia o gosto pelos clássicos.

O Dias Leite entrava também com uma função importante: trazer para nós o processo de tomada de decisões no âmbito das empresas. Acho que foram esses os professores mais influentes.

Como se vê, era uma formação duplamente anacrônica: não tinha a ver nem com o febril país de Juscelino Kubitschek, nem com a teoria econômica convencional da época. Mas este último ponto não lamento nem um pouco. Aprendi muito mais com Wicksell do que teria aprendido com Samuelson — a coqueluche teórica da época. Por outro lado, tive o privilégio de seguir excelentes cursos de Matemática e Estatística no CEPE [Centre D'Études des Programmes Économiques, Paris] entre 1961-62, onde fui aluno regular, após o ano passado na London School. Nesta escola, a estrela era Malinvaud, cujo curso de Estatística primava pela clareza e pela elegância.

Algum livro marcante de autor brasileiro nessa época, além do Gudin que você já citou?

Não! O grande problema da nossa escola era o insulamento. Que eu me lembre, jamais foi mencionado o debate Roberto Simonsen *versus* Eugênio Gudin. A CEPAL também não era referida. A publicação do *Formação Econômica do Brasil* de Furtado teve repercussão nula. Como disse, era uma escola extremamente conservadora, mais que isto: uma redoma.

Você entrou em que ano?

Eu entrei em 56 e saí em 59.

Como você travou contato com este outro lado da Economia?

O movimento político era ínfimo dentro da escola. Eu tinha uma postura, digamos, vagamente crítica em relação ao conservadorismo de todos esses mestres, exclusive San Thiago. Era uma postura que provinha de Sartre e da ávida leitura de suplementos dominicais: do *Diário de Notícias* e, posteriormente, do *Jornal do Brasil*. Mas eu simplesmente não tinha instrumental para críticas de fôlego. Já possuía uma tendência de esquerda, sem conseguir, no entanto, traduzi-la numa reflexão alternativa sobre o Brasil. E o marxismo brasileiro não chegava de jeito nenhum à escola. Mas é importante frisar que naquela redoma as idéias não eram apresentadas com arrogância ou prepotência. O conservadorismo aparecia como algo natural: o

mundo era assim. Havia meia dúzia de colegas comunistas, mas não me lembro de conflitos sérios. Para mim, as divisões políticas marcantes surgiriam depois. Nessa época eu vivia numa espécie de limbo político.

Havia também uma ampla simpatia por JK, e quando fui trabalhar, como estagiário, no Conselho de Política Aduaneira, encontrei um clima de encantamento com o país. O Presidente do Conselho, Gerson Augusto da Silva, discutia conosco a criação de instituições como tarifas *ad valorem*, ALALC [Associação Latino-Americana de Livre Comércio] e até mesmo reforma cambial. Foi ele, sem dúvida, que me despertou para a política econômica. Tinha-se a impressão de que o país estava sendo moldado. E que mudar e melhorar o país estava ao nosso alcance.

Na Faculdade de Filosofia, claro, tive contato com a esquerda. Lá ela era nitidamente hegemônica. Era até difícil não ser de esquerda e engajado.

Álvaro Vieira Pinto dava aulas lá?

Vieira Pinto, o maior nome da escola, estava saindo e passando a se dedicar exclusivamente ao ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros]. Não tive aulas com ele. Aliás, fiquei só um ano na Filosofia, porque ganhei uma bolsa de estudos da Rockefeller Foundation oferecida em concurso organizado pela FGV, e fui para o exterior. Na London School, curiosamente, tive a minha primeira experiência política marcante. Ocorreu por ocasião da tentativa fracassada de invasão de Cuba, seguida do pronunciamento de Fidel Castro anunciando a adoção do marxismo. Na London School, como em toda parte, discutia-se intensamente o episódio. Os estudantes decidiram fazer um debate no qual haveria três posições. Dado o meu interesse pelo tema, a mim foi oferecida a posição de defesa de Fidel. Achei ótimo e me preparei bastante para defender o direito à autodeterminação de Cuba. Foi apenas um episódio, mas dele ficou uma forte lembrança.

Você entrou na CEPAL quando voltou da Inglaterra?

Eu voltei da Inglaterra em novembro de 62. Imediatamente procurei Lessa e Conceição que já estavam no Escritório CEPAL-BNDE. Eu já conhecia a Conceição da Faculdade: ela era de uma turma atrás da minha. Tive um verdadeiro choque com o Brasil, que encontrei absolutamente politizado. Só se falava de política, eu tinha dificuldades até na linguagem. Fiquei perplexo! Lembro-me de que uma das primeiras conversas que presenciei foi do Carlos Lessa com o Marcos Lins, ligado ao Miguel Arraes. Notei que simplesmente não conseguia entender várias frases, a tal ponto havia sido produzida uma nova cultura. Havia novos vocábulos e expressões. O Brasil vivia política. Só existia política. Era a *Pré-Revolução Brasileira* do Furtado, sintomaticamente traduzida para o francês com o título: *Le Brésil à l'Heure du Choix*. Sartre estava muito presente, mas era um Sartre político.

Você travou contato com o livro de Ignácio Rangel A Inflação Brasileira nesse ano de 63?

Não creio. Eu tinha uma pilha de livros para colocar em dia. No exterior, não havia lido nada sobre o Brasil. Então veio tudo de uma vez. Nesse ano de 63 eu me sentia correndo atrás, o tempo todo. Alfabetizando-me sobre América Latina e

Desenvolvimento Econômico. Aprendendo a ver politicamente e lendo desbragadamente... Enquanto isso Lessa e Conceição, ligadíssimos, iam me passando toda uma cultura.

Caio Prado, Alberto Passos Guimarães, e esses autores?

Furtado, sobretudo. Além disso, Prebisch e as obras cepalinas, que eu desconhecia inteiramente. Foi uma dose brutal de novidades, que eu tomava como chaves para o ingresso no mundo real. Lembro que na minha primeira viagem ao exterior, como professor, pensei comigo: logo ao chegar em Bogotá pego o “Formação Econômica” da Colômbia e tomo pé naquela realidade. Foi uma grande decepção descobrir que a Colômbia não tinha o seu Furtado. Tudo isto me mantinha numa enorme excitação intelectual.

Quando é que você foi parar no curso da CEPAL e se tornou professor?

Lessa e Conceição me apresentaram ao Anibal Pinto, que me contratou logo em dezembro de 62. Uns poucos meses depois, eu e o Lessa recebemos do Anibal Pinto uma encomenda: preparar um texto de introdução à Economia. A encomenda era muito definida. Os cursos CEPAL-BNDE precisavam de um texto que levassem o economista, o engenheiro, ou o advogado, a ter uma visão do sistema econômico. Ele deixava claro que o aluno, através desse curso, estaria começando a ser preparado para discutir os problemas de nossas economias. Uma base conceitual seria indispensável, mas o objetivo era a compreensão dos problemas típicos da Economia latino-americana.

Num tom, em regra brincalhão, fomos advertidos de que deveríamos conter os impulsos em direção a **grandes abstrações**. Certa vez, com cara de quem não quer nada, o mestre me disse **que, segundo um tio seu**, “todo intelectual latino-americano tem um pouco de Kant e um pouco de Cantinflas”. A idéia era, em suma, que, depois da introdução, o **aluno estivesse apto a se colocar diante de temas tais como: Desenvolvimento, Financiamento, Projetos e por aí afora**. A prensa que levamos do Anibal Pinto surtiu efeito: o **livro saiu claramente voltado para os grandes problemas de nossas economias e, sobretudo, muito enxuto**. Consta que uma vez tentaram resumi-lo e o texto resultante saiu com o dobro do volume.

No prefácio do Introdução à Economia, o Anibal Pinto diz que esse livro veio suprir uma lacuna teórica, uma vez que os textos estrangeiros não se prestavam a esclarecer a Economia latino-americana...

Ele não queria abstrações sobre o comportamento do consumidor, nem “mastigação” de conceitos marxistas. Na luta que a CEPAL travava contra a ortodoxia, um grande objetivo era mostrar a existência de uma temática própria ao subdesenvolvimento. Claro que, diferenciado o objeto, seguia-se a diferenciação das políticas. Lincoln Gordon (embaixador americano no Brasil), na trincheira oposta, declarara recentemente que: “As diversas formas de arte e literatura latino-americanas devem ser bem-vindas, mas não deve mais haver uma ‘ciência econômica latino-americana’, assim como não deve haver uma física ou matemática latino-americana”. A frase está citada no prefácio do nosso livro. Celso Furtado, de sua par-

te, havia recentemente lembrado uma genial advertência de Stanley Jevons: “O quadrado da hipotenusa é igual a soma dos quadrados dos catetos. Mas resta saber se o triângulo é retângulo”. Para a CEPAL, o nosso triângulo não era retângulo. Voltando ao livro, digamos que o mercado aprovou entusiasticamente o resultado do nosso esforço. Há uns poucos anos fiz as contas e fiquei espantado: o livro vendeu cerca de meio milhão de exemplares. São quarenta e tantas edições na América Latina pela Siglo XXI e quarenta e tantas edições no Brasil.

Para o mercado editorial brasileiro é realmente um fenômeno. Só os livros do Celso Furtado vendiam tanto. Mas vamos falar de metodologia. Qual o melhor método da abordagem econômica? O enfoque histórico-institucional ou o enfoque analítico-clássico?

Espera aí. Diz-se que o Bertrand Russel fez uma pergunta muito abstrata para a mulher do Churchill num jantar. Ela respondeu: “*How can I know what I think, before I hear what I say?*” (risos).

Estou me sentindo na posição da mulher do Churchill. Deixa eu começar a falar, para ver o que é que eu penso. A pergunta é muito complexa. Primeiramente, devo assumir que sou um institucionalista no sentido forte do termo. Não me refiro aqui à importância dos contratos e das instituições que impõem o seu cumprimento. Refiro-me à tese de [Karl] Polanyi, *A Grande Transformação*, segundo a qual na base do capitalismo encontram-se mercadorias que ele chama de “fictícias”. Ou seja, a conversão da força de trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias é um processo histórico difícil, tortuoso e que requer a construção de instituições que irão marcar e singularizar a sociedade e a economia. Em outras palavras, o preço da banana e do aço são qualitativamente diferentes do salário, da renda da terra e do juro. Isto porque a compra e venda das mercadorias fictícias não se dá a partir de excedentes, não tem a ver com custos, e os respectivos mercados nada têm de espontâneos. Especialmente os mercados de mão-de-obra e de terra requerem um edifício de instituições e têm a sua construção histórica embebida em política e mesmo, possivelmente, em violência. Daí que esses mercados sejam profundamente diferentes, digamos, nos EUA e no Japão.

Mas nem tudo é história, e as instituições, uma vez assimiladas, tornam-se rotinas, formam mentalidades e permanecem inalteradas durante lapsos maiores ou menores de tempo. Isto explica por que os salários, os juros, e, com muito mais razão, o preço da banana e o do petróleo apresentem regularidades. A demanda tem uma certa elasticidade-preço, uma elasticidade-renda etc. São estas regularidades que permitem ao estudioso sair do caso singular, omitir os condicionantes históricos ou políticos, e tratar analiticamente os fatos econômicos. Fazer projeções, usar probabilidades etc.

Mas atenção: o golpe de 64, por exemplo, alterou radicalmente as condições com que se defrontavam os sindicatos, mudou o seu relacionamento com os poderes públicos e com as empresas. Logo a seguir surge uma poderosa legislação, que iria regular a evolução dos salários. Seria então grotesco tentar explicar as mudanças ocorridas na distribuição da renda, naquele período, omitindo o contexto político. Posteriormente, no entanto, consagradas as novas regras, vão surgindo regularidades que mais uma vez favorecem o tratamento analítico.

Nos anos 60, havia um grupo de intelectuais brasileiros que se rebelava contra o pensamento social e econômico predominante. Havia uma recusa em se adotar as teorias que vinham prontas dos países avançados e que diziam respeito a esses países e não ao nosso. Por outro lado, havia também uma insatisfação com a produção teórica brasileira até então. Na esquerda, predominava o pensamento do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que enxergava relações feudais ou pré-capitalistas, e era também uma transposição das idéias da Terceira Internacional. O que fizeram esses intelectuais rebeldes nessa nova esquerda que surgia no Brasil, na qual você está incluído?

O intelectual com quem mais me identifiquei, no que se refere às nossas raízes históricas, foi Caio Prado Jr. Ele se dedicou a identificar o que havia de original no nosso caso. Foi um rebelde. Sempre pensou criticamente, questionando o que lhe foi ensinado. E acho que levantou algumas grandes teses, que ficariam incorporadas à nossa historiografia. A tese, por exemplo, de que no Brasil não houve camponeses e, conseqüentemente, não existiu feudalismo. Ele sugere também que a empresa colonial açucareira, assim como, mais tarde, a exploração do café, têm grandes similitudes com a empresa capitalista. Ainda quando usando o escravo, visavam essencialmente o lucro. Além disto, ainda na colônia, através das Câmaras e do Senado, os senhores conseguiam, direta ou indiretamente, fazer política econômica.

Celso Furtado, como se sabe, lançou grandes hipóteses, sobretudo a respeito do início da industrialização brasileira. A tese dele, segundo a qual a socialização das perdas da cafeicultura, mediante a compra e queima do produto, protegeu o mercado interno e deu início à industrialização, é um marco na história das idéias no Brasil. Não só pela interpretação em si, como pela fascinante fusão de história e teoria econômica.

Sempre tive enorme interesse em discutir interpretações. Em “Agricultura e Desenvolvimento no Brasil”¹, reconstituo sucessivas teses relativas à agricultura como um possível entrave ao desenvolvimento econômico e, muito particularmente, ao avanço da industrialização no Brasil. Vou negando uma por uma e, a partir dessas refutações, procuro entender como a agricultura se coloca numa industrialização do tipo que ocorreu aqui. Para isto pergunto: quais são as funções da agricultura num modelo clássico de industrialização? São as funções de: gerar mercado interno, liberar mão-de-obra do campo e produzir um excedente de alimentos. Ora, estes não seriam requisitos indispensáveis à industrialização por substituição de importações! Nela, o mercado interno não se desenvolve a partir do campo e nem muito menos reside na massa de trabalhadores. Procuro então demonstrar que, no nosso caso, o não-cumprimento de funções clássicas não tende a bloquear o desenvolvimento industrial. Concluo, assim, que a agricultura, no Brasil, e ao contrário do que afirmavam numerosíssimas obras, não constituiu um freio à industrialização. O que ela fez de historicamente perverso foi operar como uma espécie de matriz da distribuição da renda e da formação do mercado de trabalho. Ao colocar nas cidades excedentes demográficos não-qualificados, despossuídos, que chegavam nas piores condições, projetou sobre os centros urbanos a sua própria e aberrante desigualdade.

Mas, certamente, e por razões anteriormente assinaladas, isto não impediria a industrialização. Reproduzi, frente a outros temas, procedimentos análogos ao que acabo de sumariar.

Qual foi a influência que o Ignácio Rangel teve nas suas reflexões dessa época?

O Rangel sempre me fascinou como um imaginoso formulador de hipóteses. Mas ele não tinha interesse e acho mesmo que era muito hostil a qualquer tentativa de discussão da sua obra. No seu entender, seguramente, não se tratavam de hipóteses. Suponho que, na sua própria percepção, ele era um decifrador de enigmas. Por outro lado, sempre resisti ao tipo de pensamento que por toda parte vê contraposições e dualidades. A categoria da dualidade, aliás, sempre me provocou uma certa aversão intelectual. De fato, acho que poderia ter aproveitado mais aquele velho mestre. Ocorreram, no entanto, incidentes. Por exemplo, num debate azedo e violento entre ele e o Jacob Gorender acerca da escravidão, eu estava totalmente do lado deste último.

Você não teve problemas em adotar certas teorias, mesmo que fossem de autores conservadores, como Delfim Netto ou o Rui Miller Paiva?

Certamente não tive! Essa é a minha postura, inteiramente assumida. Aliás, Marx usou intensamente as idéias de Andrew Ure, autor de *Philosophy of Manufactures*. E isto não foi sequer acompanhado de uma avaliação crítica dos textos, como se pode alegar que ocorreu no aproveitamento da teoria do valor de Ricardo. Marx simplesmente se valeu da criatividade de Andrew Ure. O fato de que ele era ferozmente conservador e autoritário não parece haver inibido o impetuoso Karl. O conhecimento não pode ter mordida. Mesmo no interior da esquerda, sempre me vali dos autores que me pareciam mais fecundos, fossem ou não bem-vistos. Por exemplo, sempre usei a *História da Revolução Russa* de Leon Trótski e, em particular, o seu prefácio, que é um pequeno ensaio absolutamente genial. O mesmo poderia ser dito do brilhante 1905: *Balanço e Perspectivas*. O fato de que provocavam arrepios em certos meios nunca me impediu de admirá-los e citá-los em aula.

Talvez o que incomodava a esquerda em relação a essa questão agrária é que você concluía que a agricultura brasileira não era um obstáculo para acumulação industrial. Daí não haver necessidade de grandes transformações do ponto de vista da acumulação. Em Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira você afirma que o sistema econômico no Brasil vem-se tornando cada vez mais capaz de expandir-se indefinidamente sem reformas sociais. Explore um pouco isso...

Antes de mais nada, as teses estagnacionistas são uma ilusão, uma obsessão da esquerda, que nunca me convenceram. Mesmo nas suas obras mais originais, mesmo nas suas contribuições mais nutridas, a esquerda se sente obrigada a concluir pelo esgotamento. As últimas páginas de qualquer ensaio ou pesquisa são para mostrar que, daí para frente, não dá mais... Eu, pelo contrário, não via esgotamento na industrialização brasileira, meu prato predileto. Por trás dos *Sete Ensaios* está a con-

vicção de que a economia brasileira estava prestes a retomar o seu crescimento. Ela havia passado pela turbulência, que nós sabemos, nos anos 60. Turbulência tanto no plano econômico, como na esfera política. A partir de certo ponto, no entanto, havia sinais de revitalização brotando com grande vigor. Isto era a última coisa que a esquerda queria ouvir. Ela estava convencida de que o país caminhava para uma crise cada vez mais profunda. A idéia de que o Brasil, sem as famosas reformas de estrutura, voltaria a crescer, de que o capitalismo voltaria a funcionar em plena ditadura, era insuportável para a esquerda.

Mas, justamente, havia indícios de que esta convicção carecia de fundamentos. Eu tratava de reunir os sinais e propor novas hipóteses de interpretação. O ensaio que realmente condensava as novas idéias nunca foi publicado. Os *Sete Ensaio*s são seis. O sétimo era uma tentativa de mostrar que o crescimento estava voltando e que a reconcentração da renda recentemente ocorrida não impediria a retomada do crescimento. Por quê? Nos *Sete Ensaio*s, sempre que chego à relação crescimento *versus* distribuição de renda, remeto ao artigo "Reflexões sobre o Modelo Brasileiro". Nesse artigo, que você não vai encontrar no livro, estaria desenvolvida a idéia de que o aumento da concentração da renda, ao invés de bloquear o processo de crescimento, teria um impacto dinamizador. Por quê?

Para entendê-lo é conveniente um recuo histórico. No século passado, um elevado grau de a concentração da renda era visto como capaz de impedir o avanço da industrialização. É que as despesas das classes abastadas eram feitas, essencialmente, com serviços domésticos e artesanato de luxo. Pistolas encastoadas em ouro, criados etc. Então, a concentração de renda na cúpula da sociedade não criava mercados para a indústria.

A contribuição norte-americana na revolução industrial, qual foi? Foi a introdução dos duráveis de consumo industrializados. Entre eles, destacadamente, o automóvel. Ocorre que os modernos duráveis de consumo constituem uma família de bens manufaturados adquiridos, inclusive, por indivíduos de rendas médias e altas. Em resumo, e para efeitos do que aqui nos interessa, a revolução dos duráveis ocorrida nos EUA passou a levar o consumo de manufaturas a todas as classes de renda.

Tomemos agora o caso de um país onde as classes de baixa renda sejam tão pobres que não consigam consumir duráveis. Neste contexto histórico, desviar renda dos trabalhadores para as classes médias e abastadas, ao invés de significar uma redução no mercado de manufaturas, pode significar o seu reforço. Isto seria especialmente verdadeiro numa economia onde os mais pobres se limitassem, basicamente, a adquirir alimentos. Como, por outro lado, a fronteira da oferta residia, no Brasil, exatamente na produção de automóveis, a concentração (adicional) da renda, alavancada pelo crédito ao consumo, longe de inviabilizar, estaria propiciando a redinamização do crescimento liderado pela indústria.

Quando eu apresentei essas idéias pela primeira vez em 1968, houve um choque de tal ordem que até hoje me sinto constrangido ao lembrar. Obviamente eu não tinha embasamento empírico, até porque o que eu estava dizendo era o que me parecia que iria acontecer. Então, como era totalmente fora da corrente, várias pessoas me diziam: "Castro, cuidado, vai devagar porque isso pode ser um delírio". Ai o Isaac Kerstenetzky me disse o seguinte: "Olha! O censo que nós estamos pla-

nejando vai permitir checar essa hipótese. Por que você não espera as primeiras aparições?”. É por isso que não tem o sétimo ensaio. Levou anos para sair esse levantamento. O fato de que contrariava frontalmente a visão da esquerda, ao mostrar que a economia voltaria ao crescimento em plena ditadura, mexia comigo, mas francamente não me demovia de dizer o que pensava. A não publicação foi uma tolice. Ficou, no entanto, o registro criteriosamente feito por Bresser Pereira no seu livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil* a partir de uma palestra realizada na PUC de São Paulo em 1968.

Pelo que você está dizendo, uma parcela da esquerda brasileira tinha uma visão equivocada da lógica da acumulação de capital. Achava que consumo dos segmentos de baixa renda era insuficiente para viabilizar a comercialização da produção. Eu acho que você abordou essa questão da acumulação e da demanda no seu livro O Capitalismo Ainda e Aquele, onde você faz uma crítica ao Kalecki. Muitos economistas brasileiros adotaram essa visão kaleckiana?

A primeira observação é a seguinte: no artigo “Reflexões”, um dos argumentos era de que os duráveis, que no Brasil integrariam unicamente a cesta de consumo das classes médias e altas e nos Estados Unidos são consumo de massas, possuem por trás de si toda uma cadeia industrial. A demanda intermediária é muito densa e importante. Quer dizer, você compra um automóvel e por trás está toda uma estrutura industrial.

Dentro da tradição da esquerda, o autor que tratou da demanda intermediária como algo central na dinâmica capitalista foi Tugan-Baranovski. E, eu, naquele ensaio, critico os modelos de ciclo de Kalecki, e trato de valorizar diversos autores, inclusive Tugan, integrantes da tradição pré-keynesiana da teoria dos ciclos. De fato, a interdependência setorial, que você pode conceber à Tugan, é um mecanismo decisivo na orientação do processo de acumulação.

Mas, voltando à questão dos duráveis, havia um importante erro no meu raciocínio, erro aliás compartilhado por todos à época. Não nos dávamos conta de que os duráveis de consumo já estavam penetrando na cesta de consumo dos trabalhadores. O operariado industrial, muito particularmente, já estava entrando firme no consumo do que ainda chamávamos de “bens de luxo”.

Quem demonstrou que estávamos errados foi o John Wells, com a sua tese sobre a difusão do consumo de duráveis. Mas a questão, seguramente, não é apenas empírica. A difusão de qualquer inovação se dá através da redução dos preços, da melhoria da logística de distribuição, da alavancagem propiciada pelo crédito e da criação de novos hábitos. Em maior ou menor medida, estes fatores também estão presentes nas experiências retardatárias de industrialização. Nestes casos, evidentemente, não se trata de inovações primárias, e sim da replicação de inovações anteriormente ocorridas no contexto desenvolvido. Ainda assim, a nova atividade enfrenta dificuldades que serão superadas a seguir. E isto deverá traduzir-se em redução de custos e difusão do consumo. O problema dos países de industrialização retardatária consiste na dificuldade de dar partida a novas atividades. Mas, não há por que supor que, uma vez implantadas as unidades produtoras, não ocorram

o aprendizado, o aumento das escalas e outras melhorias que permitem vender e distribuir o produto a preços relativos declinantes. Muitos, porém, obcecados pela má distribuição da renda e vendo a questão unicamente do ponto de vista da demanda, tendem a ignorar aquilo que poderíamos chamar de “dinâmica da oferta”. No fundo, isto equivale a não acreditar no funcionamento do capitalismo entre nós. Foi isto que procurei dizer num artigo de 1979 chamado “O Mito do Desenvolvimento Econômico segundo Furtado”. Trata-se de uma crítica ao livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*². A crítica é centrada na idéia de que, para Furtado, como praticamente para todo o pensamento brasileiro, o consumo de duráveis permanecia limitado a uma pequena minoria. A hipótese estava, no entanto, equivocada: como mostrou o John Wells, a difusão vinha ocorrendo desde fins dos anos 50. Logo que saiu a tese, eu imediatamente percebi que estava errado. Passei então a adotar o trabalho de Wells nos meus cursos de Economia brasileira.

É o artigo do John Wells do Cambridge Economic Journal de 1977 que saiu publicado nos Estudos CEBRAP?

Sim, mas hoje os dados do IBGE são absolutamente contundentes a esse respeito. Estou convencido de que a curva de difusão de duráveis não é quebrada ou seccionada no Brasil. Excetuando o automóvel, dado o elevado valor deste complexo durável, a péssima distribuição de renda que nos caracteriza não tem impedido a ampla difusão de sucessivos bens de consumo, duráveis ou não. Esta é aliás uma constatação trivial para quem trata esses problemas pelo prisma das empresas, em sua permanente luta pela conquista de novos espaços no mercado.

A medida que você incorpora esses fatos, entra numa outra perspectiva. Insisto: o crescimento econômico no Brasil não foi, nem está sendo contido pela dificuldade de incorporação de novos contingentes de consumidores ao mercado. Isso vem sendo feito, sem que a distribuição de rendas, em termos relativos, tenha sido minimamente corrigida. Lamentavelmente, continuamos a ser campeões da desigualdade. Mas diferenças relativas não têm por que congelar o consumo dos pobres.

Para a minha surpresa, um livro coordenado pelo Jaguaribe, reunindo economistas bastante conhecidos e publicado em 1989, tem início com a afirmativa de que: “A característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo”³. Nela, “cerca de 60% da população total” constitui “... uma sociedade primitiva vivendo em nível de subsistência...”. Não se trata, pois, de mera desigualdade. Seriam simplesmente duas sociedades: a que consome e a que não consome. É a mesma visão do Jacques Lambert e do Bacha. Isto não tem fundamento. Por péssima que seja a distribuição da renda, aqui também o capitalismo vem conseguindo banalizar o acesso a duráveis de consumo e a muitas outras expressões do consumo moderno de massas. Esta é uma face schumpeteriana da dinâmica capitalista, aqui também presente.

A segunda observação é que a crítica que eu fiz a Kalecki não tem diretamente a ver com a retomada do crescimento ao fim dos anos 60. A questão é que eu encontrei na Universidade de Campinas um clima que me fez lembrar uma ironia do Piero Sraffa. Dizia Sraffa que a Joan Robinson tratava o Marx como precursor do Kalecki. Havia todo um clima de que o Kalecki era o teórico do século

XX. Marx teria feito a teoria do capitalismo concorrencial. E quanto ao capitalismo oligopólico, com grande empresa, poder de mercado etc., a tarefa coube a Kalecki.

Esta visão admitia que o capitalismo contemporâneo teria se tornado imune a crises. Mas isto não seria uma decorrência do fato de que o capitalismo passara a ser competentemente gerenciado por políticas keynesianas — como pretendia o *mainstream*, à época — e sim pelo poder de mercado da grande empresa.

Eu acreditava, contrariamente, que o capitalismo continuava sujeito a crises, que o controle exercido pelas empresas limitava-se a preços, podendo haver compressão de lucros e reversão cíclica. A Inglaterra, por exemplo, estava passando por um processo de esmagamento de lucros (*profit squeeze*), fenômeno muito discutido à época. A idéia de que o capitalismo continuava sujeito a auges e crises, típica das teorias pré-keynesianas do ciclo, justificaria o título *O Capitalismo Ainda É Aquele*, dado ao volume que incluiu o ensaio sobre Kalecki⁴. Nome aliás infeliz, que prejudicou, sem dúvida, o livro. Nele, é bom ressaltar, além da crítica à noção de um novo capitalismo, existe um esforço no sentido de tornar patente a existência de diferentes capitalismo e, muito particularmente, de distintos padrões de políticas públicas. Tendo mesmo a pensar que essa pauleira em torno a Kalecki era, no fundo, uma briga pela pluralidade. Eu estava brigando contra um certo monoteísmo. O livro de fato começa com um artigo apresentando tipos ideais de crescimento capitalista contemporâneo: a social-democracia keynesiana inglesa; o caso hegemônico norte-americano; e os milagres do pós-guerra, italiano, alemão e japonês. É uma tentativa de mostrar que dependendo da moldura e funções dos poderes públicos, da relação de forças entre sindicatos e empresas, e de outros fatores, surgem trajetórias completamente diversas.

Em função dessas discordâncias você acabou saindo da UNICAMP?

Eu tive na UNICAMP uma experiência muito amarga. Foi a única experiência de vida em que me envolvi em brigas intermináveis, cada vez mais azedas. Mas a razão concreta pela qual saí da UNICAMP foi que no último ano em que lá passei tive onze doenças. Um médico me disse: “Você tem que mudar de ambiente”. Eu estava somatizando, me destruindo. No último ano tive, repito, onze doenças, e fui duas vezes parar no hospital.

De volta ao Rio, cansei de ir a médicos, que não encontraram nada. E a saúde retornou. Relembrar isto é não só muito doloroso, como de pouco valor. O fato é que eu saí de lá derrotado e amargurado. Mas a decisão de sair foi das melhores da minha vida. Praticamente não voltei mais por lá.

Vamos falar de algumas obras importantes na Economia brasileira. O que você achou do Capitalismo Tardio, do João Manuel, de 75?

A primeira parte retoma o Fernando Novais. Tem vigor, mas pouca novidade. A segunda parte pretende propor uma “nova problemática teórica”. A meu juízo, ficou na intenção.

O que você achou do artigo “Além da Estagnação”, da Conceição Tavares e do Serra?

“Além da Estagnação” é um ensaio muito importante. Tem antes de mais nada o mérito de refutar, convincentemente, a tese da estagnação. Realça também o fato de que o Estado-empresário e o capital internacional estavam impulsionando a economia, numa nova fase de expansão. Reconhece ainda que estaria ocorrendo um aprofundamento e diversificação do consumo.

Mas este trabalho não consegue libertar-se da idéia de que a concentração da renda impõe severos limites ao crescimento: na América Latina, como no Brasil. O próprio crescimento, segundo os autores, traria consigo a reconcentração da renda e o aprofundamento da heterogeneidade estrutural que se incumbiriam de travá-lo.

As idéias contidas no “Além da Estagnação”, ainda quando representem um avanço, são inadequadas à descrição e interpretação do ocorrido no Brasil de 1968 a 1980. Mas, sobretudo, a infundável crise que se inicia em 1980, flagrantemente nada tem a ver com concentração ou reconcentração da renda, bem como com o alegado aprofundamento da heterogeneidade estrutural.

O que você achou do Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico do Fernando Henrique Cardoso? E o Dependência e Desenvolvimento na América Latina? A teoria da dependência foi um avanço teórico importante?

Tanto no caso do trabalho sobre o *Empresário Industrial*, quanto no que se refere à *Dependência*, a minha reação foi bastante negativa. Lembro-me, no entanto, que não ficaram claros para mim, de início, os motivos pelos quais a leitura destes trabalhos provocava tamanho desconforto e rejeição.

Devo começar dizendo que estou de acordo com algumas das premissas destes trabalhos. Compartilho com os autores, a convicção de que o enquadramento histórico é essencial e a comparação de experiências é um recurso de enorme valor. Esta postura me levou a assumir, desde cedo e ainda no Centro CEPAL-BNDE, a disciplina “Modelos Históricos de Desenvolvimento”. Com o amadurecimento intelectual, tornei-me cada vez mais crítico da sistemática omissão, por parte dos economistas, das características singulares dos grandes atores sociais, dos seus conflitos e, sobretudo, da arquitetura institucional específica a cada nação e época. Por todas estas razões, insisto, eu teria fortes motivos para festejar a chegada de obras que, justamente, se propunham resgatar e integrar os conflitos sociais e, genericamente, a política, no estudo de nossas economias e sociedades. Por que então reagi de forma tão negativa?

Antes de mais nada, sempre me pareceu que esses autores subestimam enormemente a importância, entre nós, do Estado. Vejo três motivos para que essa convicção fosse, desde cedo, parte integrante da minha visão de mundo. Primeiramente, ainda como estudante, tive a oportunidade de vivenciar o poder público, no caso, o Ministério da Fazenda, como um laboratório de idéias voltadas para a solução dos problemas da economia. O Conselho de Política Aduaneira, onde trabalhei, foi, durante a presidência de Gerson Silva, um fórum de debates — e algumas das idéias ali discutidas ganharam vida e se incorporaram à nossa história econômica. Na França, por sua vez, acompanhei o debate sobre a coordenação entre programas voltados para o lado real da economia e políticas de estabilização. Os cursos do CEPE

eram então frequentados por egressos da ENA (École National de Administration) e da Politécnica e o centro das discussões era o prestigioso *Quatrième Plan*. Finalmente, já à época da CEPAL, a experiência histórica japonesa passou a ser uma de minhas referências prediletas. Neste caso, mais do que em qualquer outro, o Estado, através do MITI, veio a funcionar como o quartel-general onde as estratégias de modernização do aparelho produtivo eram formuladas e monitoradas.

Posteriormente, no entanto, vim a entender que o problema com aqueles textos estava longe de restringir-se a uma correta avaliação das funções do Estado. Fico sempre chocado com a incapacidade dos analistas de perceber que a recuperação do atraso coloca, para a economia bem como para a política, questões radicalmente novas. Para que este ponto seja devidamente realçado, parece-me conveniente uma sumária evocação das origens da teoria econômica.

Sabemos bem que a reflexão econômica tem como questão central explicar o que se passa numa economia movida por decisões descentralizadas, motivada pelo interesse pessoal e guiada pelos preços. Como assinalam Arrow e Hahn, este tema é o fio que dá continuidade à teoria econômica de Adam Smith até os dias de hoje⁵. E o que através dela se pretende demonstrar é que a inexistência de controles e diretrizes não leva a uma situação hobbesiana ou ao caos. Tudo se passa como se uma mão invisível se encarregasse de harmonizar as decisões independentes, dispensando planos e intervenções corretivas. Por esta mesma razão, não haveria por que temer a dissolução da ordem tradicional e o desaparecimento do mercantilismo — seja o que precedeu a modernidade, seja qualquer outra de suas tardias reencarnações. E isto pura e simplesmente implica aceitar que o futuro é inconscientemente tecido por uma multidão de agentes econômicos individuais, em sua quotidiana interação.

Independentemente da procedência maior ou menor do que acaba de ser dito, a situação dos países que acumulam atraso histórico nos coloca diante de um objeto radicalmente novo. Isto porque, parafraseando Marx, frente às nações mais adiantadas, as mais atrasadas podem “ver” aspectos de seu próprio futuro. Em tal caso, além da discussão acerca de se o “futuro” representado pelas mais avançadas é mais ou menos desejável, ficam colocadas duas questões, insisto, radicalmente novas. Como se faz para chegar lá? Quem assume esta ou aquela tarefa, no esforço visando a superar o distanciamento histórico? Acrescente-se a estas indagações primordiais, uma constatação da maior importância prática: dificilmente aqueles que dominam uma situação atrasada se dispõem a colocar em risco os seus privilégios na busca de grandes mudanças. Ainda que, por vezes, sentindo-se acudadas, parcelas da elite tradicional venham a admitir que é preciso que tudo mude para que partes, pelo menos, de seu mundo sejam preservadas.

A anterior parece-me deixar claro que para as economias atrasadas, que buscam recuperar o tempo perdido, a política é absolutamente fundamental. A rigor, as tentativas de recuperação do atraso acarretam o surgimento de uma questão inexistente nas histórias pioneiras — e nem sequer remotamente contemplada pela teoria econômica. Refiro-me ao fato de que mudanças na estrutura setorial da produção, que nas experiências clássicas são resolvidas em surdina pelos mercados, ~~passam~~ a ser diretamente discutidas, defendidas ou rejeitadas. Isso, por sua vez,

levanta duas cruciais indagações no tocante a “sujeitos”: em nome de quem se fala, ao se propor ou defender transformações? Além disso, no plano micro e especialmente ali onde não existem empresas minimamente preparadas para levar adiante as transformações pretendidas, quem puxa ou lidera as mudanças?

Realçada a elevada densidade política das experiências onde o emparelhamento histórico é tentado, há que reconhecer que as opções e os possíveis caminhos a serem trilhados na recuperação do atraso estão também seriamente condicionados por fatores de natureza técnico-econômica. Afinal, as soluções que estarão sendo tentativamente transpostas para o contexto atrasado já foram experimentadas e presumivelmente otimizadas, não sendo plausível esperar que elas se amoldem ao novo contexto. Esta relativa rigidez se traduz em “necessidades”, segundo as quais, tomada tal decisão, faz-se necessário tomar tais outras, e assim por diante. Nas aulas de História da Industrialização, costumo referir-me a este fenômeno como o princípio do “já que”: já que se fez uma coisa é preciso fazer outra... Vista a questão sob esse ângulo, parece, no entanto, desaparecer o espaço da política. A história passaria a ser obra de engenharia. Nada disso. Para que determinações técnicas possam ser respeitadas, é preciso assegurar que as decisões sejam tomadas com relativa autonomia, o que requer condições políticas bastante especiais, a serem devidamente constituídas e preservadas. Uma das diferenças básicas entre, de um lado, Coréia e Taiwan e, do outro, Brasil, é que naqueles casos a flagrante e onipresente ameaça militar externa facilitou o surgimento de uma grande autonomia das decisões que interessavam ao avanço da industrialização. Entre nós, contrariamente, raramente se conseguiu preservar um certo grau de insularidade, mesmo em escolhas necessariamente condicionadas pelo estado das artes no plano das técnicas.

Voltemos ao *Empresário Industrial*. A industrialização de São Paulo, passada uma primeira fase, é ali referida como “espontânea”, o que me parece um juízo profundamente equivocado. A atração de investimentos para o país, o financiamento de projetos estruturantes, a ampla proteção do mercado interno e outras políticas públicas, nunca deixaram de ter importância decisiva para o avanço da indústria em São Paulo. Mas não estamos aqui diante de uma mera discordância quanto a grau.

A anunciada integração de elementos sociopolíticos à análise do desenvolvimento se faz, especialmente no texto da Dependência, mediante uma profusão de referências a atores sociais que se posicionam, entram em conflitos, fazem alianças etc., em função de seus interesses. Tenho duas objeções de fundo a esse procedimento.

Primeiramente, ele contém uma tautologia: o homem sempre persegue o seu próprio interesse, este sendo definido como tudo aquilo que ele busca! Nesta perspectiva, o militante dotado de consciência de classe, os consumidores, os burocratas nacionalistas, bem como os monges beneditinos e os suicidas, teriam o seu comportamento explicado pela onipresente perseguição do próprio interesse. Mas isto apenas significa que estamos sendo fiéis à definição proposta para “interesse”. O argumento encontra-se desenvolvido em *On Ethics and Economics*, de Amartya Sen.

Um grave problema implícito na hipótese que estou criticando consiste em que, enquanto o comportamento de um consumidor, de um empresário e de outros típicos agentes econômicos, pode ser por ela representado com algum grau de realismo ou plausibilidade, a suposição chega a ser grotescamente inadequada em ou-

tros casos. Ora, justamente, alguns dos mais proeminentes atores nas experiências históricas de emparelhamento vieram a ser militares nacionalistas, burocratas, *jun-kers* e samurais. Observe, por contraste, que nas histórias econômicas inglesa e norte-americana a evolução econômica, ressaltadas umas poucas mudanças promovidas por heróis schumpeterianos, efetivamente brota da interação de um sem número de *homo economicus*.

Mas quero acrescentar uma crítica mais localizada. Ali onde se tenta recuperar o atraso, os esforços caracteristicamente convergem para a construção do que não existe. O futuro está sendo tentativamente construído, tendo por referência, em grande medida, o próprio futuro. E quanto ao presente, permanece como restrição a ser politicamente tratada. Nessas circunstâncias, tentar entender o tipo de situação encontrada a partir do onipresente “jogo de interesses” leva a deturpar ou mesmo banalizar o ocorrido. O tipo de questão a ser elucidada é, pelo contrário, como chega a ser constituída, preservada, ou destruída, a relativa autonomia que permite decidir em função do futuro; como, por outro lado, são contidas e eventualmente redirecionadas as energias e demandas das elites tradicionais. Ou, muito concretamente, como e por que um governo constituído a partir do inconformismo de regiões marginalizadas, como o Rio Grande do Sul e o Nordeste, e tendo à sua frente um personagem oriundo do latifúndio pecuário, torna a grande siderurgia uma obsessão e produz uma autêntica descontinuidade na evolução da economia. Ou, sobretudo, como foi possível ao governo brasileiro retomar, repetidas vezes, o projeto industrializante, ao longo de 50 anos, na ditadura e na democracia, e sem ameaça externa evidente. E isso por contraste, digamos, com a Argentina, onde nada de semelhante foi conseguido ou mesmo seriamente tentado.

Não é preciso insistir em que a administração de demandas procedentes de interesses estabelecidos está presente, enquanto a economia e a sociedade são tentativamente transformadas. Mas isto deve ficar relegado a um segundo plano, o que parece ter ocorrido no Brasil, ressaltadas as exceções de praxe, no período 1930-80. E, como já sugeri, a própria capacidade de transferir esta espécie de política para um segundo plano, deve ser considerada uma questão política de alto interesse.

O rascunho de um futuro texto tratando destas questões chegou a ser publicado em 1993⁶. Nunca mais, no entanto, consegui retomar este tipo de pesquisa. Mas trabalhos como o de Stephen Cohen, sobre a França do pós-guerra; o de Chalmers Johnson, sobre o Japão; o de Peter Katzenstein, sobre a Áustria e a Suíça; o de Robert Wade, sobre Taiwan; e o de Peter Evans, sobre *Embedded Autonomy*, podem ser apontados como tendo logrado fundir quimicamente economia e política, algo rigorosamente indispensável ali onde o objeto de estudo consiste em transformações históricas deliberadamente promovidas.⁷

A auto-proclamada renovação trazida pela teoria da dependência, pelo contrário, não apenas abortou, como pode ter colaborado para o retrocesso do pensamento latino-americano. A CEPAL, ao destacar que as nossas economias partem de uma situação em que a sua sorte é determinada pelos vaivéns do mercado internacional e chegam a um quadro em que uma difícil industrialização é tentada — com relativo êxito, em determinados casos —, estava no caminho certo. Ao invés de enriquecer e superar a herança cepalina, a tese da dependência trava uma luta

menor e desfocada com o economicismo da CEPAL. Além disso, contribuiu para a perda da noção de que as experiências retardatárias defrontam-se com uma problemática econômica própria e inédita. Ajudou, com isto, a preparar o caminho para a percepção, hoje imperante, de que somos apenas injustos e fracassados.

Em resumo, a tentativa de substituir uma ordem tradicional, vulnerável e sem perspectivas, por uma réplica do existente nos países avançados, inaugura uma nova problemática, alheia ao eixo da teoria econômica. E nos coloca diante de situações em que a política entra na história econômica de forma peculiar e intensa. Ignorar isso é continuar a pensar a nossa realidade como “desvio”.

A tese de Fernando Henrique Cardoso em Empresário Industrial é justamente que a burguesia industrial brasileira é fraca e são as massas urbanas juntamente com a classe média que se mobilizam. São advogados, professores, militares e intelectuais que, em determinados momentos, avançam projetos políticos, como o projeto de industrialização, do desenvolvimentismo etc. O Fernando Henrique diz também que a burguesia brasileira é fraca porque é recém-implantada, originária dos imigrantes, que tinham características diferentes da burguesia tradicional. Ele conclui que é uma burguesia que não tem projeto revolucionário, não quer a revolução burguesa, mas prefere se associar ao capital estrangeiro. Como você vê isso?

Somente um marxismo muito aguado, para dizer o mínimo, andava procurando a tal burguesia que faria a nossa revolução industrial. O pensamento latino-americano, no que tem de mais rico, já havia muito vinha apontando o atraso relativo, a distância entre o país real e o país formal, as desigualdades e assimetrias, como características essenciais do nosso modo de ser. Na realidade, o clima de denúncia e revolta diante do nosso atraso precede de muito o pensamento da CEPAL, e a idéia de que deveríamos aguardar o advento da burguesia revolucionária e libertadora soa como transposição mecânica de uma esquematização tipicamente européia. De qualquer forma, com Prebisch e Furtado, hipóteses muito mais ricas começam a polarizar o debate. Gudin tentou deter o avanço das novas idéias, convocando Haberler, Viner e outros, para ciclos de conferências na Fundação Getúlio Vargas. De ambos os lados, a reflexão mantinha-se, contudo, fortemente economicista. Aliás, no que concerne ao papel da burguesia, há que levar a sério a tese de Gerschenkron de que na busca de um atalho para o futuro, as sociedades improvisam substitutos, atores assumem novos papéis etc. Qualquer linearidade e todo economicismo são aqui altamente perniciosos. Frente a este quadro, insistir na impotência da nossa burguesia é comprar briga fácil.

Você acha que o pensamento brasileiro e latino-americano dos anos 60 foi contaminado pelo economicismo e pelo estagnacionismo?

Eu creio que o pensamento latino-americano começou muito bem, de forma muito rica, e aí não estou me referindo apenas à CEPAL. Mariátegui no Peru usa imaginosa e nosamente o marxismo. Caio Prado e Ignácio Rangel, também. Hélio Jaguaribe, inspirado na experiência JK, renova e enriquece o debate brasileiro. Mas, a partir

do início dos anos 60, vai crescendo uma tendência de acordo com a qual a função do intelectual, especialmente quando politicamente de esquerda, é explicar o fracasso. Nessa perspectiva, mesmo os períodos de crescimento rápido são apenas interregnos, suspensões momentâneas do destino. Os desequilíbrios estruturais de natureza social, regional e setorial bloqueiam o avanço. O desenvolvimento começa a ser referido como um mito, e esta percepção, aliás, vira título com Celso Furtado. Em vez de explicações do desenvolvimento, teremos teorias da estagnação, e, sobretudo, do “esgotamento”.

Na verdade, a idéia do esgotamento não tinha sido superada mesmo nas teses que analisam a retomada do crescimento e o “milagre” nos anos 70. Assim, o “milagre” é visto como um paliativo, uma saída momentânea que o capitalismo brasileiro encontrou. Mas, o esgotamento continuava colocado na ordem do dia.

Totalmente. Essa é a trajetória do texto “Além da Estagnação”, que toma aquela idéia de que a reconcentração dos anos 60, ao invés de impedir, dava um novo fôlego ao crescimento¹⁰. O texto encontra-se embebido da idéia de que o crescimento tende a se esgotar, em meio ao agravamento dos problemas de estrutura. E, quando veio a primeira crise do petróleo, o esforço passou a ser no sentido de negar inteiramente a importância da quadruplicação do preço dos combustíveis. Este tipo de argumento seria, supostamente, apenas uma tentativa de racionalização do fracasso.

Para eles a crise seria endógena?

Tudo endógeno. Tudo inerente a esse ser maldito que não teria sequer dinâmica capitalista. Crise do petróleo seria coisa de engenheiro, que não vê que o modelo faliu. A drástica deterioração dos termos de intercâmbio, ressalvadas exceções, não é referida sequer como estopim de reversão cíclica. E a grande ofensiva em termos de insumos, energéticos e bens de capital, característica do período Geisel, nada mais seria que um sonho ou tentativa de mistificação. Mais adiante, num episódio verdadeiramente crítico da nossa história, o trágico equívoco consistiu em não deter a nossa economia que, ao contrário do que muitos diziam, encontrava-se em franca expansão com a reestruturação. Mário Henrique teve a lucidez de perceber e a coragem de dizer que a expansão tinha que ser contida, o que não comprometeria, excessivamente, os projetos de mudança em pleno curso. Mas, como se sabe, ele foi soterrado por uma avalanche de opiniões procedentes das federações industriais, dos sindicatos, de parlamentares e da academia. Recessão, não! E o Delfim Netto surfou essa onda. O seu discurso de posse foi aclamadíssimo, apoteótico. Mas foi um erro trágico, os dados disponíveis não permitem dúvidas. A Coreia estava numa trajetória semelhante à do Brasil, também implantando, a toque de caixa, a mecânica e a química pesadas. E conseguiu-se naquele país, a parada preconizada por Simonsen para o Brasil. Foram anos difíceis, mas a Coreia ganhou, a seguir, mais 15 anos de expansão espetacular. Quanto a nós, duplicamos a dívida externa e mergulhamos na década perdida.

Nesse momento, perdeu-se o controle da situação. Aliás, o descontrole tem raízes anteriores. O sistema brasileiro de indexação, através do qual a inflação bra-

sileira havia sido domesticada, estava entrando em disfunção desde 1978. Também por esta razão, a economia tinha que ser detida. A indexação neutraliza a inflação, até certo ponto. Se você prosseguir indexando cada vez mais, em períodos cada vez mais curtos, a situação se torna explosiva.

Quando o reajuste salarial passou de anual para semestral, em 79, ficou sob ameaça a administração, até então eficazmente exercida, da inflação. O próprio Mário Henrique se encarregou de advertir. Daí por diante ingressávamos na alta inflação crônica, que só pode ser detida por tratamentos ditos de choque. Bulhões de um lado, Chico Lopes de outro, anos depois, começariam a propor choques de diferente natureza. Bulhões falava para a sua platéia, cativa e conservadora. Chico tentou falar para a ANPEC e quase “levou tomates”. Aliás, nós, da tradição de esquerda, por contraposição ou por preconceito, jamais ouvíamos o Mário Henrique. Só que ele tinha muito a dizer sobre o que se passava na economia. Devo confessar que só fui estudar a sério a sua obra, após o colapso do Cruzado. Para um estruturalista, o êxito e, sobretudo, o colapso do Cruzado, eram ininteligíveis. Entender este tipo de situação requer que o foco da análise esteja centrado nos comportamentos individuais, na sua coordenação e no papel das expectativas.

Essa é uma questão interessante porque, em função da ditadura militar, toda a esquerda adquiriu preconceito contra economistas como Mário Henrique e mesmo o Delfim Netto, que deram contribuições importantes, por causa de sua colaboração com os governos militares. Mas falando em militares, um dos seus trabalhos mais importantes e que provocou muita polêmica é o Economia Brasileira em Marcha Forçada de 85. Nesse livro, você sustenta uma hipótese ousada: afirma que a política econômica do governo Geisel do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) era essencialmente acertada. Em março de 1974, quando Geisel assumiu o governo, a economia brasileira estava entrando no rescaldo do “milagre” brasileiro. No final de 73 havia ocorrido o primeiro choque do petróleo, que quadruplicara o preço do barril. A economia mundial caminhava para uma crise. Não era temerário lançar-se num novo programa de crescimento do tamanho do II PND?

Antes de mais nada, vamos lembrar que, logo ao assumir, o novo governo mostrou que tinha uma política de controle da inflação. O próprio Mário Henrique assumiria, como sabemos, esta face da política econômica. Não se pode, de maneira alguma, afirmar que o novo governo foi leviano do ponto de vista dos equilíbrios macro. No que se refere à inflação, convém lembrar que o sistema de indexação continuava operando muito bem. Data de 1973 o conhecido artigo de Milton Friedman propondo a adoção de um regime semelhante ao brasileiro para os Estados Unidos. A rigor, de 1968 a 73, as várias inflações européias estavam crescendo rapidamente, resultado muito inferior ao obtido no Brasil. Aqui houve, sim, recrudescimento inflacionário, no final de 73 e início de 74. E o esforço do novo governo foi, antes de mais nada, orientado para a recuperação do controle sobre este quadro. Por outro lado, e no que se refere ainda ao plano macroeconômico, houve em 1974 um gigantesco déficit no balanço de pagamentos, provocado pela quadruplicação

do preço do petróleo e por importações especulativas. Mas o controle sobre a situação externa seria, em grande medida, restabelecido em 1976-77. Então, você não está de forma nenhuma brincando com a macroeconomia, muito pelo contrário. Nem pela ótica da inflação, nem pela ótica do balanço de pagamentos. No final de 78, o próprio governo, que já havia dado uma freada em 76, muito criticada, aliás, volta a dar cartão amarelo para a economia. Estávamos de novo numa zona perigosa do ponto de vista do controle macro. Mas o governo não conseguiu persuadir a opinião pública, e chega-se ao famoso episódio de 79. Já transparecia aqui o desgaste do regime militar, cuja perda de credibilidade era patente. Esta digressão é para insistir em que, do ponto de vista macro, o Governo Geisel foi bastante sério. E quando a coisa complicou-se, ele foi o primeiro a advertir. Refiro-me, especificamente, ao discurso de fim de ano do presidente em 1978.

Vamos agora para a economia real. Acontece que o país estava dotado de um conjunto de empresas públicas que eram uma máquina de investir e crescer. As tarifas eram corrigidas pela inflação e a receita fiscal do governo era elástica ao PIB: quando o produto subia, a arrecadação subia ainda mais. Havia um *ethos* capitalista francamente afirmativo. Aquele refrão do Delfim de que “quem não correr vai ficar para trás”, tinha pegado. Imperava, em outras palavras, a “convenção do crescimento”, como procurei mostrar em *“Renegade Development: Rise and Demise of State Development in Brazil”*¹¹. Isto, por um lado. Por outro, se a economia fosse travada, as mudanças indispensáveis do lado real tornavam-se muito mais difíceis, como lembrou o Ministro Velloso¹². A inadequação da matriz energética, bem como as deficiências no tocante à produção de insumos e bens de capital, percebidas durante o milagre, agora haviam se tornado gritantes. Resta acrescentar que o mercado externo de capitais mostrava-se muito favorável: os petrodólares inundavam o mercado mundial e nós chegamos a tomar empréstimo a juros reais negativos.

O projeto de distensão lenta e gradual do Geisel só se viabilizaria com uma taxa de crescimento favorável?

Acho que essa dimensão oferece uma outra e pertinente perspectiva para o estudo do II PND. Mas, o fato é que a estratégia do II PND era ousada e historicamente pertinente. É bom lembrar que existia uma alternativa na América Latina, que foi escolhida pelas ditaduras chilena e argentina: abrir e liberalizar a economia; permitir o câmbio sobrevalorizado, em decorrência do influxo de capitais; combater a inflação e esperar que o mercado apontasse as novas oportunidades. Como dizia um Ministro argentino: se a Argentina vai produzir aço ou guloseimas, o mercado dirá.

A alternativa de deixar valorizar a moeda era mesmo muito tentadora. Se você sobrevaloriza a moeda, valoriza, artificialmente, os salários e o poder de compra dos consumidores. É o populismo da direita liberalizante. Coopta-se com isto, boa parte da população: é a *plata dulce*. Essa alternativa era, além disto, muito aplaudida por instituições financeiras internacionais e, claro, pelos economistas ortodoxos. Mas, terminou num desastre de proporções inimagináveis. Por mais que a crise do início dos anos 80 tenha sido cruel no Brasil, não se compara com as desgraças acarretadas pelos *Chicago Boys* no Chile. O Chile dinâmico da segunda meta-

de dos anos 80 em diante vem depois da ressaca. E recupera certos ensinamentos como, por exemplo, tentar impedir a sobrevalorização cambial, controlar o ingresso de capitais etc... Mas este é o segundo *round*. O primeiro terminou com um nocaute da economia chilena.

E o que ficou do período análogo na Argentina? Um economista argentino me dizia: ficaram máquinas de lavar pratos envelhecidas. No Chile ficaram, além disto, muitas armas. Aqui no Brasil o II PND deixou hidrelétricas e muitas fábricas.

Coisas que o governo está vendendo agora. O II PND pretendia transformar o Brasil num grande exportador de celulose, produtos siderúrgicos e petroquímicos. No entanto, a demanda internacional desses produtos encolheu por causa da crise mundial. Não houve um erro de previsão?

Não. O Brasil conseguiu expandir consideravelmente as suas exportações na primeira metade dos anos 80. E vou fazer mais uma correção do que você disse. O que se pretendia exportar daqui não eram meramente produtos básicos, não. O meio ambiente brasileiro mantinha-se tão positivo que dava para pensar muito mais alto. Entre os anos de 1980 e 82, o mercado norte-americano estava sendo invadido por carros japoneses. Tanto a Ford como a General Motors, e muito particularmente a Ford, consideraram seriamente, aí por 82, 83, enfrentar os japoneses a partir da base brasileira. A Ford chegou a fazer um teste desta estratégia, abrindo espaço na Escandinávia para o Escort Brasileiro. Uma matéria da *Business Week*, à época, relatava que o Escort aqui produzido estava se dando muito bem no mercado escandinavo. Na realidade, o Brasil que estava emergindo era um temido NIC (*New Industrialized Countries*). Documentos da OCDE, à época, comprovam isto. Foi esta a economia que emergiu desses catorze anos de crescimento espetacular, de 1967 a 80. Todos sabemos que no início dos anos 80 mergulhamos numa turbulência macroeconômica infernal, que se agravou com o episódio Cruzado e seu colapso. Cometi o erro de não prever essa possibilidade. Olhando retrospectivamente, chega a ser difícil entender como ficou alguma coisa de pé, com a terra tremendo, à cada mega-pacote antiinflacionário, algo como nove pontos na escala Richter.

Vários analistas respeitáveis como o Carlos Lessa, seu companheiro nos cursos da CEPAL, ou Maria da Conceição Tavares, consideraram o II PND como malsucedido. O plano teria sido abortado em 1976 com o agravamento da crise mundial. O João Manuel e o Belluzzo falam em fracasso do plano, isso é correto?

É rigorosamente errado. Em 75, a economia cresceu demais e em 76 foi necessário travá-la. Mas, daí em diante, especialmente do ponto de vista da economia real, as coisas entraram no trilho e o governo passou a inaugurar obras, incessantemente. De 1979 a 84, você fica inaugurando e inaugurando. No geral, o plano foi altamente exitoso. É claro que houve erros. Eu citaria como destaque negativo o programa nuclear. Mas é bom lembrar que o mundo inteiro estava então fazendo a aposta nuclear. Alguns erraram mais, outros menos. Houve um falso ciclo nuclear, um falso paradigma tecnológico centrado no nuclear. Isso simplesmente abortou.

Em compensação, o II PND não apenas confirmou a vocação hidrelétrica brasileira, como lançou um programa energético inovador e interessante: o do Alcool.

Para viabilizar-se, o II PND lançou mão de empréstimos externos a juros flutuantes. Maria da Conceição Tavares disse que o II PND apenas reforçou o velho padrão de financiamento e ajudou a constituir a crise da dívida dos anos 80. Portanto, reduziu a dependência industrial, mas aumentou a dependência financeira, você concorda com isso?

Se a economia tivesse sido travada em 79, esta proposição não teria nenhum sentido. O erro foi não travar a economia por uns dois ou três anos para atenuar os efeitos deletérios do segundo choque do petróleo e do chamado choque dos juros. Evidentemente, ninguém podia prever um tal acúmulo de desgraças. E, de qualquer forma, os efeitos positivos do II PND no tocante à substituição de importações e ao aumento das exportações começavam a aflorar na passagem para os anos 80. Com isso o país passaria a gerar o grande saldo comercial que chamei de estrutural, e que efetivamente repetiu-se por cerca de dez anos. Este vultoso superávit permitiu à economia pagar os juros da dívida externa, facilitando com isto a redução da crítica relação Dívida-PIB. O grau de endividamento brasileiro, aliás, mesmo com a economia não tendo sido travada em 79/80, ficou muito abaixo do atingido no Chile, na Argentina e no México. Em síntese, você pode dizer o seguinte: tomar financiamento externo é brincar com fogo. O II PND pegou uma maré de alta liquidez internacional, com juros reais que chegaram a ser negativos, como já observei. O país se endividou, mas orientou os recursos tomados de empréstimo, basicamente, para a produção de *tradeables*. No novo surto de liquidez internacional ocorrido nos anos 90, voltou-se a tomar dinheiro, desbragadamente. Desta feita, porém, à Cone Sul. Parece que os nossos países, com ditadura ou democracia, com programa de desenvolvimento ou sem ele, não resistem à tentação do endividamento fácil.

Em 1993, você foi nomeado presidente do BNDES no Governo Itamar Franco. Como foi essa experiência no aparelho de Estado? É difícil a oposição ir para o governo e administrar uma economia capitalista precária e defrontar-se com o forte poder das elites conservadoras? A teoria na prática é outra?

A minha experiência no BNDES, pessoalmente, foi muito enriquecedora. Aprendi muito. Mas foi um período difícil. Quando eu assumi, o BNDES estava inteiramente voltado para a privatização. Na posse, o ex-presidente Eduardo Modiano veio com uma gravata de elefantinhos, símbolo do programa de privatização, o que provocou *frisson* nas patrulhas ideológicas do neoliberalismo. A tese do meu discurso de posse foi de que o BNDES deveria ser o banco da reestruturação. A economia estava se abrindo para um mundo em que um novo paradigma organizacional e tecnológico vinha sendo intensamente adotado. Face a essa realidade, a economia brasileira havia se defasado enormemente. As reações tinham, pois, que ser aceleradas, e o BNDES era a alavanca de que se dispunha para tentar o reemparelhamento.

Em 1993, o nível de competitividade e produtividade era elevado?

A nossa produtividade tinha ficado para trás. A taxa de investimento havia atingido em 92 um mínimo de 14,6% do PIB. É bem verdade que, como mostraram Ricardo Bielschovsky, Paulo Fleury e outros, já estava ocorrendo, na esfera privada, um movimento espontâneo de reestruturação. Ou seja, a pior fase parece ter sido a segunda metade dos anos 80, que chegou a ser referida como “quinqüênio perdido da década perdida”¹³. Mas as reações positivas do início dos anos 90 tendiam a ser predominantemente defensivas: racionalização, corte de trabalhadores, adoção de novos métodos gerenciais. Em suma, um avanço pelas linhas de menor resistência.

O BNDES, através de alguns de seus técnicos, já havia despertado para a possível nova tarefa. Faltava, no entanto, definir uma missão histórica para o banco. As oportunidades eram muitas, pois o novo paradigma tecnológico e organizacional tem a peculiaridade de, tanto no tocante a *hardware*, quanto no que concerne a *software*, prestar-se à regeneração da estrutura produtiva anterior. O importante era ter uma boa base: envelhecida, porém sólida. E este era o nosso caso, ao contrário do ocorrido no Chile pós-Allende, onde a abertura, encontrando uma indústria frágil, sem escala e primitiva em certos ramos, simplesmente varreu-a do mapa. Em proporções muito maiores, o mesmo estava então ocorrendo na Alemanha do Leste, após a queda do muro.

Sofri muito com a chamada “opinião pública”. A tendência era desconfiar que eu estaria, sub-repticiamente, tentando travar a privatização. A bandeira da reestruturação seria uma espécie de recurso para desviar atenções. Houve mais de um artigo de imprensa em que a mensagem era exatamente essa. Era um fogo de baragem, direta ou indiretamente instigado por interesses ávidos por abocanhar nacos do Estado, e que ~~temiam~~, tanto da parte do presidente Itamar, como de minha parte, ~~que tentássemos deter~~ na privatização. Isto jamais ocorreu. Aprendi com pessoas ~~que respeito muito que a~~ privatização passara a ser, em muitos casos, o caminho ~~da salvação de empresas~~ que estavam sendo sucateadas. Passei assim a apoiá-la, ~~sem nunca torná-la~~, contudo, um objetivo em si. Na realidade, o objetivo maior deveria ser, no meu entender, transformar as empresas públicas em empresas líderes, privadas, claro, da nossa economia. Infelizmente, esta possibilidade pode estar sendo perdida.

Isso foi antes de o Fernando Henrique Cardoso assumir o Ministério da Fazenda?

Sim. Na verdade, eu não consegui fazer praticamente nada. E tenho uma grande inveja do atual [1997] presidente do Banco [Luiz Carlos Mendonça de Barros], seja pelo fato de que a histeria neoliberal passou, seja pela montanha de recursos que ele conseguiu catalisar. O BNDES voltou, em certa medida, a ser um eixo da economia real. Desejaria imensamente ter contribuído para alguma coisa próxima a isto. Mas nem sequer remotamente consegui.

O BNDES é hoje uma das maiores agências de financiamento do mundo. Ele dispõe para 1998 de cerca de R\$ 18 bilhões, mais do que os recursos do Banco Mundial. Você acha que o BNDES possui ainda uma

das estruturas mais modernas do aparelho do Estado brasileiro, em termos de equipe e de recursos?

Sem dúvida. E está, inclusive, reconstituindo a sua cultura setorial. Hoje, se você quiser falar de automobilística ou de agroindústria, encontra interlocutores especialistas dentro do banco.

Não falta uma política industrial para orientar os passos do BNDES? Certamente o BNDES hoje reúne poderes excepcionais, mas eles são usados segundo o arbítrio do presidente e de não sei mais quem. Então, a gente vê o banco financiando a indústria automobilística estrangeira, que quase não cria empregos, ou a compra de ações na bolsa de valores, empréstimos para privatizações etc. O BNDES emprestou mais de R\$ 3 bilhões para a privatização de empresas, financiando grandes grupos. Será que não está faltando aí uma diretriz política melhor para orientar toda essa capacidade de financiamento do banco?

Existe uma pletora de recursos e o banco vem surfando a onda de liquidez internacional. Então, além da inegável competência para obter recursos, há que reconhecer que o Banco está se valendo de uma conjuntura bastante propícia. Mas, certamente, as aplicações do Banco não estão orientadas de acordo com prioridades definidas em função de uma visão de futuro. Eu diria que a política industrial vai sendo decantada *ex-post*. Não vejo política industrial *ex-ante*, e nisto concordo com você. Acho até que está se reproduzindo um fenômeno recorrente da história brasileira: você começa a fazer certas políticas, induzido por pressões e circunstâncias. Depois aprende e racionaliza. No atual episódio falta ainda, patentemente, racionalização — ou, pelo menos, visão de conjunto. E, como no passado, o estrangulamento externo vai aos poucos se colocando como guia. Em outros tempos, a gente chamava isso de pedagogia do real. De qualquer maneira, chega a chocar o contraste com o clima imperante quatro anos atrás, quando vi economistas conhecidos na praça afirmando que não haveria espaço para o BNDES na nova economia brasileira. Era privatizar e entregar as chaves. Afinal, com pleno acesso ao mercado internacional, todas as oportunidades seriam supostamente exploradas. Além disso, o BNDES estaria associado ao Geisel, aos subsídios etc... Por esse ângulo se nota o quanto o Real mudou ao longo do tempo. A primeira vez que fiz esse tipo de observação, num artiguinho na *Folha de S. Paulo* (“Neoliberalismo ou Neopragmatismo?”), lembro que levei mais de um cascudo de amigos. Mas a verdade é que hoje entra pelos olhos esse pragmatismo. E não me venham com bobagens do tipo: “Bom! As circunstâncias impondo, se faz!”. Não! Não! O Chile foi até o suicídio, em 82, sem mudar um milímetro a sua política. Aliás, o Roque Fernandes é muito menos pragmático do que o Cavallo. As circunstâncias, por si, não produzem pragmatismo. Pode até ocorrer um processo contrário, de enrijecimento, de ideologização crescente. Mas você tem razão. É, no máximo, um política industrial envergonhada.

Os anos 60 e 70 foram bastante férteis para a produção teórica brasileira. Daí em diante, o que foi feito de criativo no pensamento econômico brasileiro? Os trabalhos sobre inflação inercial de Lara Resende,

Francisco Lopes, Pêrsio Arida, Bresser Pereira e Nakano são uma contribuição teórica importante? Há uma teoria da inflação inercial?

O grande avanço na compreensão do crônico processo inflacionário brasileiro se deu com o livro *Inflação: Gradualismo versus Tratamento de Choque*, datado de 1970, do Mário Henrique Simonsen. A seguir, no livro *A Nova Economia Brasileira* (1974), há uns dois capítulos admiráveis, mais uma vez do Mário Henrique, sobre o regime inflacionário brasileiro e suas instituições. Simonsen, no seu ecletismo, era também um institucionalista.

O livro do Chico Lopes sobre o *Choque Heterodoxo*, que trata extensamente da questão da inércia, pelo menos no que toca ao diagnóstico, não me parece ir além das idéias do Mário Henrique, francamente falando. Pode, acrescentar um ou outro detalhe, mas o esquema é do Simonsen.

A outra idéia original provém de um artigo do Pêrsio Arida e parte da constatação de Constantino Bresciani-Turroni de que, na hiperinflação, os preços relativos voltam a sincronizar-se. Ocorreu então a Pêrsio que seria possível tentar, mediante a construção de uma moeda virtual, simular esta sincronização, sem passar pela hiperinflação. A ousadia da proposta é espantosa e coube ao Plano Real aplicá-la com espetacular êxito no episódio da URV.

O Bresser e o Nakano desenvolveram, independentemente, as suas idéias acerca da inflação inercial. Mas insistiam, aborrecidamente, na importância do conflito distributivo. Não está errado, mas acrescenta pouco. Um aspecto extremamente curioso em tudo isso, é que, tirando-se a idéia do Pêrsio, desenvolvida juntamente com o Lara Resende sobre as duas moedas e a indexação plena, o Plano Real veio a ser uma sucessão de respostas às circunstâncias. Respostas por vezes firmes e duras, mas numa postura eminentemente reativa. Nada mais distante da prática do Real do que aquilo que o Bacha disse que seria a essência do Real na *Revista do BNDES* de junho de 1995. De 1994 para 95, aliás, o governo brasileiro teve um comportamento desastroso do ponto de vista fiscal. E, no entanto, derrotou a inflação. Curiosamente, na comemoração de dois anos de Real, Bacha enfaticamente assinalou que, dali para frente, não mais haveria problemas no *front* externo¹⁴. O déficit comercial, em particular, que havia desaparecido com o aperto dado na economia, não merecia qualquer atenção. Antes de o livro vir a público, no entanto, o déficit de comércio já estava de volta, sugerindo que bastava uma pequena recuperação do nível de atividades para que as contas externas se complicassem.

A realidade tem judiado muito das previsões governamentais. No entanto, do ponto de vista antiinflacionário, o Plano tem tido mais êxito do que qualquer um jamais previu. Se você perguntasse a mim ou ao Delfim, ou a qualquer outro, qual seria a inflação de 97, nenhum de nós suporia que seria tão baixa quanto veio a ser.

Nem o pessoal do governo...

Há aqui um tema rico a ser explorado. É o tema das surpresas e lições do Real. Todos, por exemplo, os que desde o início, acertadamente, colocaram o dedo na ferida do câmbio. Este grupo, seguramente, não sabe explicar como é que você pode desvalorizar o câmbio a 7% ao ano e a inflação continuar baixando, tendendo para o nível internacional. É claro que tem a ver com a política monetária, a taxa de juros,

e o contexto internacional. Mas não deixa de ser surpreendente. Estamos todos aprendendo muito.

Em seu depoimento, o Chico Lopes confirmou que não sabia "que bicho que ia dar com a inflação", não sabia se as medidas do governo iriam segurar a inflação ou não.

No atual contexto é difícil que o erro seja por subestimação da inflação. Só se erra prevendo menos inflação do que ocorre. Estou chegando do Uruguai, lá também isto acaba de se verificar.

O Plano Real condicionou a estabilidade e mesmo o crescimento do país ao ingresso de capital externo. Para isso teve que permitir o livre fluxo de capitais, como nunca houve no Brasil. Isso não tornou a economia brasileira mais vulnerável aos humores do capital internacional, principalmente ao capital que vem para a bolsa e para o mercado financeiro? Isso não levou a uma taxa de juros exagerada na economia brasileira?

Não foi o Plano Real que fez a liberalização financeira. Ela vem de 88 e 89 e foi drasticamente intensificada no Governo Collor. A liberalização financeira mudou profundamente a relação das empresas e dos próprios cidadãos com os poderes públicos. Por um lado, a economia brasileira entra plenamente em sintonia com a maré de liquidez internacional. Por outro, a política econômica passa a ser refém da boa vontade dos proprietários de ativos. Até então, a balbúrdia inflacionária e o fechamento não o permitiam. Mas, ao fazer isto, concretissimamente, submeteu-se o Brasil a uma instabilidade potencial, pela qual já começamos a pagar um elevado preço. Se há coisa que se sabia na América Latina, é que a abertura do balanço de capitais é instabilizante. Eugênio Gudín, pai do moderno liberalismo econômico brasileiro, já advertia severamente quanto aos perigos trazidos pela livre movimentação do *hot money* internacional. Certa vez li um artigo que se referia a esses capitais como *paraguas loco*, guarda-chuva louco. Porque fecha quando chove e abre quando faz sol. Mas também é claro que surgiu um coro de vozes dizendo que tudo havia mudado. Que havia que esquecer o passado. Que havíamos ingressado na Idade de Ouro da Globalização. Bobagem! Eu me sinto muito à vontade ao registrar isso. Antes do lançamento do Plano Real, em maio de 94, no Fórum Nacional do João Paulo dos Reis Velloso, defendi o controle do ingresso de capitais. Como acreditava que o Plano Real teria êxito, previa um estouro de boiada para dentro do país. Você tinha que segurar o impulso e não permitir que um preço fundamental como a taxa de câmbio fosse por ele determinado. O único efeito da advertência foi uma notinha na imprensa: "O professor teve uma recaída intervencionista". A verdade é que muito do que se seguiu não deveria ser surpresa. E foi, sem dúvida, um grave equívoco desprezar a tecnologia recentemente desenvolvida por economistas chilenos, para a moderação-contenção dos movimentos de capital. Na realidade, o Plano Real nunca se recuperou da "tara" de um câmbio inicialmente ajustado, não à economia real, e sim à festa que se seguiu à adoção do Plano. É bem verdade que o Gustavo Franco foi particularmente fecundo na criar-

ção de supostas teorias para racionalizar o ocorrido. Mas toda a sua argumentação já era pó, digamos, aí por 1997.

NOTAS

- ¹ Incluído em Castro, Antonio B. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- ² Furtado, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- ³ Jaguaribe, H. et al. *Brasil Reforma ou Caos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ⁴ Castro, Antonio B. "Por que não Kalecki". In: *O Capitalismo Ainda É Aquele*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- ⁵ Arrow, K.J. & Hahn, F. H. *General Competitive Analysis*. Mathematical Economics Texts nº 6. Califórnia: Holden-Day, Inc., Oliver & Boyd, 1971.
- ⁶ Castro, Antonio B. (1993). "Renegade Development: Rise and Demise of State-Led Development in Brazil". In: *Democracy, Markets, and Structural Reform in Latin America*. Miami: University of Miami North-South Center.
- ⁷ Johnson, Chalmers (1982). *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press; Cohen, Stephen, 1969, *Modern Capitalist Planning: The French Model*. University of California Press; Katzenstein, Peter J., 1984, *Corporatism and Change: Austria, Switzerland, and the Politics of Industry*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press; Amsden, Alice, 1989, *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. Nova York: Oxford University Press; Wade, Robert, 1990, *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press. Evans, Peter B., 1995, *Embedded Autonomy: States & Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press.
- ⁸ Candal, Arthur (1969) "A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas". "Estudo Especial" divulgado juntamente com o Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970. Ministério do Planejamento e Coordenação Social, 1969.
- ⁹ Bonelli, R. e Malan, P. *Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70*. Pesquisa e Planejamento Econômico, agosto de 1976.
- ¹⁰ Tavares, Maria da Conceição e Serra, José (1972) "Além da Estagnação". In: Tavares, M. C., *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ¹¹ In: *Democracy, Markets and Structural Reform in Latin America*, organizado por Smith, W., Acuña, C. e Gamarra, E. (1994). North-South Center.
- ¹² Velloso, João P. R. (1985) *Atualidade do II PND*, citado em Castro, Antonio B. e Souza, F.E.P. de, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, p. 39. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ¹³ Batista, Jorge C. e Fritsch, Winston (1994) "Dinâmica Recente das Exportações Brasileiras (1979-90)". In: *A Nova Inserção Internacional do Brasil*, p. 65. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ¹⁴ Bacha, Edmar (1997) "Plano Real: Uma Segunda Avaliação". In: *O Plano Real e Outras Experiências Internacionais de Estabilização*. Brasília: IPEA, Escritório da CEPAL no Brasil., fev.

Mas, afinal, o que pensam os economistas brasileiros? Como e por que ingressaram nessa profissão? Como influíram nas decisões de vários governos? Quais são as Escolas e as correntes de Economia mais importantes do país? Como os economistas participaram do II PND, do Plano Cruzado, do Bresser, do Collor e outros programas de estabilização? O que eles pensam do Plano Real? E da globalização? Quais são os interesses que eles representam? Essas e outras questões foram respondidas neste livro por doze importantes economistas brasileiros, que se destacaram por sua influência, criatividade, e pela participação nas decisões do Governo.

Keynes dizia, numa frase usada *ad nauseam*, que: “As idéias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, são mais poderosas do que geralmente se pensa... Os homens práticos, que acreditam estar totalmente isentos de qualquer influência intelectual, são normalmente escravos de algum economista defunto”. Aqui no Brasil, muitas vezes os homens práticos acabam reféns de economistas ainda vivos, que se deslumbraram pelas idéias de economistas defuntos, nem sempre muito virtuosos. Este livro procura retratar como os economistas brasileiros pensam, agem ou atuam na sociedade brasileira.